



## **UFMT VENCE PRIMEIRA BATALHA CONTRA O FUTURE-SE**

**158 DE NOVO  
NO CONSEPE**

(PG. 03)

**AMÉRICA LATINA  
INSURGENTE**

(PG. 04)

**GOVERNO PROMOVE NOVA  
REFORMA TRABALHISTA  
ATRAVES DA MP 905/19**

(PG. 04)

EDITORIAL

# 2020: CONSCIÊNCIA PARA TER CORAGEM

Em 2019, o grande capital imperialista não deu trégua à classe trabalhadora. Com seu projeto ultraliberal, autoritário e conservador, nos golpeou intensamente, todos os dias.

Na América Latina, ataques de norte a sul levaram à insurreição popular no Chile, Equador, Colômbia, entre outros. A Venezuela segue resistindo às tentativas de golpe de Estado, enquanto a democracia boliviana é brutalmente atacada - com apoio estadunidense e de seu capacho Bolsonaro - por uma farsa autoritária implementada por setores entreguistas das elites locais.

No Brasil, o governo neofascista apresentou suas armas já no primeiro ano de mandato: perseguição a professores, cientistas, artistas e jornalistas, atacando a liberdade de pensamento; a aprovação da Reforma da Previdência, que condena os mais pobres a trabalharem até a morte; adoção de uma política ambiental predatória que conferiu o maior índice de desmatamento dos últimos tempos e nos fez ver o dia virar noite diante das intensas queimadas na Amazônia; intensificação do genocídio da periferia negra, de LGBT's e mulheres; contração de salários e a generalização dos empregos precários, garantindo o empobrecimento dos mais pobres e o enriquecimento dos mais ricos como regra absoluta.

A classe trabalhadora, embora desarmada pelas burocracias sindicais e partidárias pelegas, tomou as ruas na Tsunami da Educação nos dias 15 e 30 de maio e na Greve Geral de

14 de junho, redundando na negação do projeto Future-se pela grande maioria das universidades, postura adotada também pela UFMT, fruto da mobilização de estudantes, técnicos e professores.

No apagar das luzes, o governo federal ainda propõe uma Reforma Administrativa para ser apreciada em 2020. O texto segue a lógica de desmonte do Estado e empobrecimento da população, relegando servidores públicos à míngua e cobrando impostos dos desempregados, enquanto alivia a tributação para os mais ricos.

Enquanto as burocracias pelegas buscam restringir a esperança dos trabalhadores brasileiros às eleições e se enfiam em seus gabinetes, a América Latina insurgente mostra a rebeldia das lutas nas ruas como medida efetiva de enfrentamento ao ultraliberalismo e ao autoritarismo necessário para sua imposição. No Brasil não será diferente. Para o próximo ano, categorias de trabalhadores, como os docentes federais, reafirmam a disposição para a luta e para a construção de uma greve forte e grandiosa.

Que o espírito libertador de Bolívar se incorpore em nossas lutas e que a rebeldia coletiva e radical do filme Bacurau extrapole a estética e norteie a prática política da classe trabalhadora brasileira em 2020.

Dias de luta nos aguardam! Seguremos a primavera entre os dentes!



## SINOP

### COM REDUÇÃO, CORTES E SEM MANUTENÇÃO, ATÉ QUANDO SOBREVIVER?

Depois de acumularem quase três meses de salários atrasados, as trabalhadoras terceirizadas contratadas pela empresa Presto, em Sinop, decidiram paralisar suas atividades. As funcionárias relatam que a empresa não está honrando seus salários devido à falta de pagamento por parte da UFMT que, em contrapartida, diz não estar recebendo os devidos documentos para que o pagamento possa ser efetuado. As trabalhadoras reclamam que sempre sofreram com atrasos e que no passado fizeram denúncia no Ministério Público do Trabalho.

Recentemente, docentes, alunos e servidores técnico-administrativos, com apoio do ANDES-SN, arrecadaram cestas básicas e alimentos que foram entregues às trabalhadoras, na tentativa de suprir suas necessidades mínimas de alimentação. Há relatos de funcionárias terceirizadas que sofreram ordem de despejo pelo não pagamento de aluguel, decorrente do não recebimento do salário.

Mas o problema está longe de terminar. Descrito como um momento "atípico", na verdade este é mais um da série que o Campus Universitário de Sinop enfrenta com a terceirização de serviços: falta de manutenção nos aparelhos de ar-condicionado, limpeza, restaurante universitário, manutenção de equipamentos, obras eternas que nunca são finalizadas e falta de segurança. "Atípico" em Sinop é quando o contrato não dá problema! O que muda é o grau de transtorno que o problema causa.

Outro exemplo é a antiga empresa de manutenção de ar-condicionado que "quarteirizava" os serviços. Durante muito tempo, ouvimos relatos de que como a empresa

contratada (terceirizada) não pagava a "quarteirizada", esta não executava satisfatoriamente a manutenção dos aparelhos, uma vez que iniciava o serviço, mas, ao não receber, não voltava para terminar. Esse problema continua...

No período de transição entre o final do contrato com uma empresa de segurança e o início com a outra, quando ficamos por meses sem porteiros, as portas de todas as salas de aula permaneciam abertas porque não havia como trancá-las e manter as atividades normais! Descobrimos naquele momento que supostamente "somos capazes de manter a ordem no Campus" mesmo sem a presença dos porteiros/seguranças.

O que temos de realidade é um campus sucateado, sujo, sem segurança e com previsão de corte de 40% no orçamento, o que comprometerá ainda mais o correto funcionamento das atividades.

Todas essas situações "atípicas" montam o palco para que possamos analisar os efeitos de uma terceirização aplicada de forma generalizada, em locais aos quais não há como garantir que os serviços sejam realmente fornecidos, apesar dos esforços dos poucos profissionais (não terceirizados e efetivos) que ficam responsáveis por fiscalizar tantos contratos. Resta saber até quando conseguiremos manter as atividades de um Campus que, ainda novo, faz o que pode para manter suas atividades em um panorama tão inóspito. Só resta pedir para que o último servidor efetivo baixe as portas da Universidade pouco antes de ser terceirizado!



#### GESTÃO: LUTO PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA!

- Diretor Geral:** Aldi Nestor de Souza
- Diretora Geral Adjunta:** Quélen de Lima Barcelos
- Diretor Secretário:** Elvis Lira da Silva
- 2º Diretor Secretário:** Maelison da Silva Neves
- Diretor Tesoureiro:** Djeison Benetti
- 2ª Diretora Tesoureira:** Liliane Capilé Charbel Novais
- Diretora de Assuntos de Aposentadoria:** Maria Luzinete Alves Vanzeler
- Diretora de Imprensa:** Lélica Elis P. de Lacerda
- Diretor de Assuntos Sócio-Culturais:** Armando Wilson Tafner Junior

- Conselho Fiscal:**
- Dorival Gonçalves
- Frederico José Andries Lopes
- Vinicius Machado Pereira dos Santos
- Suplentes:**
- Alair Suzeti da Silveira
- Einstein Lemos de Aguiar

- Representantes de Subseção campus Sinop:**
- Gerdine Sanson
- Gustavo Canale
- Arlindo Machado Neto
- Fábio Borges

- Representantes de Subseção campus Araguaia:**
- Eliel Ferreira
- Grazielle Pena
- Frederico Guirra

**Jornalista Responsável:** Luana Soutos (DRT 1676/MT)

Av. Fernando Correa da Costa, S/Nº  
Coxipó | Campus UFMT | Cuiabá  
Cep. 78.060-900 | Mato Grosso | Brasil  
(65) 99686-8732 • (65) 3615-8293  
adufmat@terra.com.br • www.adufmat.org.br

## UFMT VENCE PRIMEIRA BATALHA CONTRA O FUTURE-SE

Novembro de 2019 foi um mês histórico na UFMT. O mês em que a comunidade acadêmica avançou largamente contra o programa de privatização da universidade pública chamado Future-se. A decisão foi tomada em assembleia geral realizada na manhã de 05/11 e ratificada no dia seguinte em reunião conjunta dos conselhos da universidade.

Mais de 43 universidades federais, das 63 existentes, já se posicionaram contra a proposta do governo Bolsonaro que representa a implementação da tirania financeira sobre universidades e a entrega do patrimônio público à iniciativa privada. “O future-se significa o maior ataque da história às universidades brasileiras. Entre outras coisas ele prevê o aluguel dos prédios. Assim, acionistas serão donos do teatro, do ginásio, dos institutos de ensino, fazendo com que o patrimônio público se torne privatizado. Com isso se institui um fundo privado da Educação no qual as empresas terão mais ingerência do que o próprio MEC”, afirmou a docente Lélia Lacerda, diretora da Associação dos Docentes da UFMT (Adufmat-Ssind).

A professora argumentou que, quando se mercantiliza a universidade, ela passa a ser um privilégio de quem pode pagar, e que a comunidade acadêmica tem o dever de defender a presença das pessoas empobrecidas na universidade, assim como das populações indígena, quilombola, LGBT, das pessoas trans, entre outros. Além disso, Lacerda destacou que o Brasil tem um mercado hegemonizado por empresas internacionais, isso significa que, com o Future-se, as universidades só conseguiriam pesquisar o que não atrapalhe os interes-

ses dos grandes oligopólios. “Como a gente vai fazer para denunciar a contaminação por agrotóxico, se o próprio latifúndio financiar as pesquisas? A vida humana, a saúde, a educação são mais importantes do que os bancos. Rechaçar o Future-se é defender o futuro digno da nossa geração e do nosso país”, afirmou.

No entanto, o sindicato avalia que a luta em defesa da universidade apresentará novos capítulos. “Vamos precisar dessa mobilização, dessa unidade, para outras mobilizações constantes daqui para frente. Os professores, por exemplo, têm agora uma reforma administrativa que ameaça a diminuição da carga horária e do salário. Temos de continuar mobilizados, com essa disposição para lutar, com um trabalho frequente de mobilização e luta, porque, com esse governo, só nos resta fazer isso. Já temos certeza dos cortes para o ano que vem, das dificuldades que virão, e acreditamos que o Future-se não está morto. Lutar pela universidade pública vai continuar sendo necessário todos os dias, isso é do capital, não vai ter dia de folga”, concluiu o diretor-geral da Adufmat-Ssind.

Os sindicalistas destacam que a assembleia conseguiu mobilizar todas as categorias da universidade, não só em Cuiabá, mas também em Sinop, Araguaia, Várzea Grande e Rondonópolis. Foi, portanto, uma mobilização histórica num momento de desmonte do Estado brasileiro, orquestrado por um governo que não nega a sua intenção de vender todo o patrimônio público.

## QUANDO SE PRIVATIZA TUDO, SOMOS PRIVADOS DE TUDO!



## CONSEPE PAUTA NOVAMENTE A RESOLUÇÃO 158/10

A Adufmat-Ssind alerta que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMT (Consepe) colocou em pauta a discussão sobre a Resolução 158/10, que versa sobre a distribuição dos encargos docentes na universidade.

Em 2016 o sindicato realizou inúmeros debates com a categoria, a fim de apresentar uma minuta alternativa ao primeiro texto, elaborado pelo Conselho. Em 2017, houve avanço na discussão, considerando as contri-

buições dadas pela categoria. No entanto, após a volta da reitora Myrian Serra da licença médica, a discussão foi suspensa.

O sindicato espera que, num momento no qual os espaços democráticos construídos a duras penas nas universidades se encontram ameaçados, o Consepe mantenha o que foi decidido até o momento e respeite o trabalho da categoria para a construção de uma Resolução que atenda, de fato, as necessidades da universidade.

## EFEITOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS

A reforma da previdência (Emenda Constitucional 103/2019) impacta a remuneração dos servidores ativos e os proventos dos aposentados e pensionistas em três situações. Imediatamente, em dois casos: no valor das pensões e na acumulação de aposentadorias e pensões - concedidas a partir 13 de novembro de 2019, data da publicação da EC - e, a partir de março de 2020, nas contribuições previdenciárias para o regime próprio.

Na primeira situação, há a redução do valor das pensões concedidas a partir da data da publicação da EC, que antes eram integrais até o teto do INSS (R\$ 5.839,45), acrescidas de 70% da parcela excedente. Passam agora a ser pagas em duas cotas - calculadas com base na aposentadoria, no caso de morte de aposentado, ou com base na aposentadoria a que teria direito, no caso de morte de servidor ativo - sendo uma cota familiar de 50% e até cinco cotas de 10% para os dependentes.

Como o cônjuge ou companheiro/a também é dependente, a cota familiar será de 60%, restando mais até quatro cotas de 10%, a serem destinadas a eventuais dependentes menores ou inválidos. A cota dos menores deixará de existir e não irá para a cota familiar na medida em que perderem essa condição, exceto no caso de inválido, que mantém o benefício até seu falecimento.

A acumulação, que antes era integral até o teto do INSS para os segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), agora será, no melhor cenário, de R\$ 2.380,33. No caso de servidor público da União, a parcela acumulável será de, no máximo, R\$ 4.153,97. Antes, a pensão concedida a partir de 2004 podia atingir até R\$ 29.256,00, já que calculada até o teto do serviço público federal, atualmente de R\$ 39.293,00. Com a nova regra de cálculo da pensão, o cônjuge só fará jus a 60% do valor do provento, que, calculado sobre o teto de remuneração (R\$ 39.293,00), resulta em um máximo de R\$ 23.575,00. Mas, em caso de acumulação, só será possível receber 10% da parcela acima de 4 salários mínimos, ou seja, R\$ 1.958,00, que, somado ao valor aplicado sobre as demais faixas, resulta no valor máximo de R\$ 4.153,97.

Na terceira situação, há o aumento da contribuição do servidor destinada ao financiamento dos regimes próprios de previdência que, de acordo a EC 103/2019, terá alíquota progressiva. Além disso, poderá ser ampliada a base de cálculo para os aposentados e pensionistas, que deixaria de incidir apenas na parcela do provento superior ao teto do INSS, atualmente de R\$ 5.839,45, podendo passar a incidir, em caso de déficit atuarial, a partir da parcela do provento que supere um salário mínimo, que atualmente corresponde a R\$ 998,00.

Se houver esse déficit atuarial e a ampliação da base de cálculo dos aposentados e pensionistas for insuficiente, poderá ser cobrada contribuição extraordinária dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Aqueles que passaram a adquirir direito a se aposentar a partir de 13 de novembro de 2019 já estão sujeitos a novas regras, com a elevação da idade mínima, ou redução do valor do benefício, ou ambos. A idade mínima efetiva passa a ser, como regra geral, de 56 anos para a mulher e 61 anos para o homem, com elevação já em 1º de janeiro de 2020 para 57 e 62 anos, ressalvado o caso do magistério, aposentadorias especiais, pessoas com deficiência e policiais.

Estes, portanto, são os primeiros reflexos da reforma da previdência sobre os servidores. As futuras perdas, especialmente para os servidores ativos, decorrerão, de um lado, da ampliação da idade e do tempo de contribuição, e, de outro, da redução do benefício e da possível eliminação ou diminuição do valor do abono de permanência.

Trechos do artigo de Antônio Augusto de Queiroz, jornalista, analista político, diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Disponível para consulta na internet.

# GOVERNO PROMOVE NOVA REFORMA TRABALHISTA ATRAVÉS DA MP 905/19

Sob o pretexto de geração de empregos, a Medida Provisória 905/2019, publicada no dia 12/11, promove um verdadeiro desmonte da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A MP da “Carteira verde e amarela” - como foi apelidada - garante uma série de isenções fiscais aos empregadores, flexibiliza a legislação para permitir trabalho aos domingos e feriados, institui a contribuição previdenciária do Seguro Desemprego, entre outros.

Com salário limitado a 1,5 salário mínimo por mês (hoje, R\$ 1.497), a nova modalidade de contratação poderá ser adotada para qualquer tipo de atividade, inclusive para substituição transitória de pessoa permanente.

Com as mudanças na legislação, os empregadores terão exoneração de mais de 30% no custo das contratações, que representa em torno de R\$ 2 bilhões/ano. As empresas que contratarem trabalhadores sob o novo regime serão beneficiadas com isenção da contribuição previdenciária patronal e o salário-educação, tributos que incidem sobre a folha de pagamento e sobre as contribuições ao Sistema S. Também terão redução da alíquota de contribuição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), de 8% para 2%, e redução da multa do FGTS em caso demissão sem justa causa, de 40% para 20%, desde que haja acordo entre as partes.

## PREJUÍZO PARA OS TRABALHADORES

A desoneração das empresas será financiada pelos trabalhadores desempregados, dos quais será cobrada a contribuição previdenciária do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O recolhimento será feito a uma alíquota de 7,5% durante os meses em que o trabalhador desempregado receber o benefício, que, na legislação atual, é entre três a cinco parcelas. Com isso, o governo espera arrecadar R\$ 2,2 bilhões/ano.

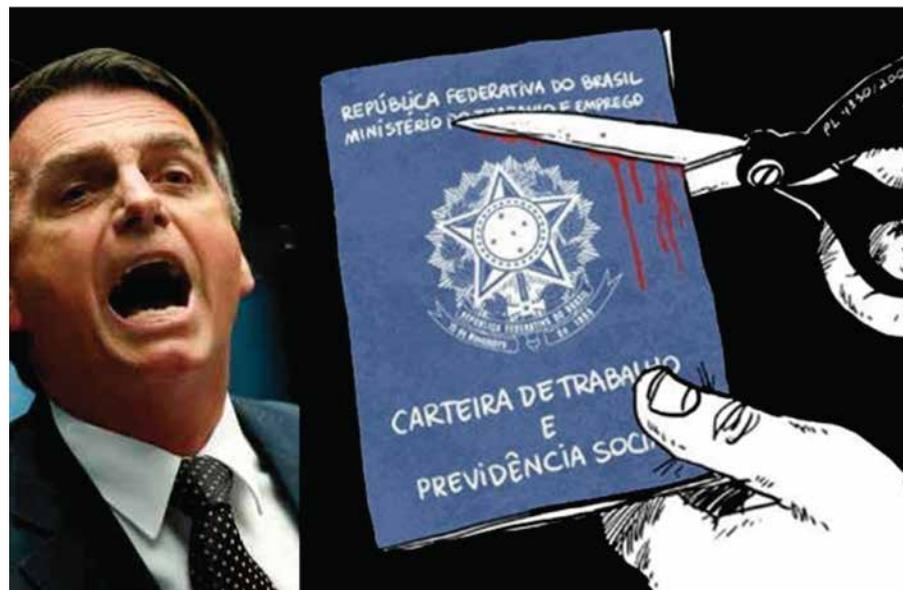
A MP reduz uma série de direitos, como a multa sobre o saldo do FGTS em caso de demissão sem justa causa, que será de 20% e institui no corpo da lei o banco de horas para os trabalhadores. A nova medida extingue, ainda, vários dispositivos da CLT, muitos dos quais relacionados aos órgãos e mecanismos de fiscalização e aplicação de penalidades vinculados ao Ministério do Trabalho. Além disso, altera diversas legislações específicas referentes a regulamentação e registro de profissões como jornalistas, publicitários, corretores de seguro, químicos, arquivistas, radialistas, músicos, estatísticos, sociólogos, secretários, entre outras.

Para o presidente do ANDES Sindicato Nacional, Antônio Gonçalves, a MP 905/2019 irá promover um rebaixamento de salário, dos direitos sociais e uma substituição de mão

de obra. “Um governo que não tem nenhum compromisso com a fiscalização em diversas áreas, também não será capaz de impedir que os trabalhadores atuais, contratados nos moldes da CLT, sejam paulatinamente substituídos por essa nova forma de contratação”, explica.

Gonçalves alerta para o fato de que, com a MP, a política econômica ultraliberal do governo avança, na medida em que são atacadas a contratação via CLT e também pelo Regime Jurídico Único (RJU). “São ações combinadas. Se avaliarmos de um modo mais amplo, essas medidas anunciadas recentemente pelo governo afetam a contratação do mercado privado e também de servidores públicos. Com essa medida, o governo promove uma nova reforma trabalhista. E com as PEC do Plano Mais Brasil, sinaliza para uma nova constituinte”, aponta.

ANDES-SN



## AMÉRICA LATINA INSURGENTE

Enquanto os senhores do império - oligarquias financeiras dos países centrais - querem empurrar ao mundo seu racismo expresso em pacotes econômicos de austeridade que relegam nosso povo a miséria em meio à riqueza de nossa terra para que enriqueçam ainda mais, a América Latina se rebela e vai às ruas enfrentar ditadores, desafiar a repressão, denunciar o racismo imperialista e, diante das mãos nefastas do autoritarismo, constrói processos de resistência esperançosos, capazes de lançar luz aos tempos sombrios que se avizinham.

Os donos dos bancos (homens brancos, europeus ou estadunidenses) querem transferir seus problemas financeiros a nós de pele retinta. Acreditam que seu direito de viver na mordomia, de ter mansões, mulheres e iates pode continuar sendo sustentado pelo analfabetismo das crianças latinas, fruto da educação sucateada, pelas vidas perdidas nas filas dos nossos hospitais precarizados, pelos nossos idosos que se suicidam sem perspectiva de se aposentarem, pela nossa massa de desempregados em desespero.

Eles fazem da nossa miséria a sua riqueza! Tripudiam sobre nossa dor e dela se utilizam para nos manipular! Querem-nos desesperados e lutando contra nós mesmos para nos obrigar a sobreviver da desumanidade do mercado. Nós nos negamos a fazer guerra entre nós e, de braços dados, temos ido às ruas declarando guerra aos senhores!

Se a dinâmica do imperialismo estadunidense traz medo e desesperança ao nosso continente em mais um tempo autoritário de golpes de estado e perda de direitos, a força da luta e rebeldia latino-americana lança ao mundo a luz daqueles que lutam, assinalando que apenas a democracia exercida na auto-organização dos trabalhadores em luta direta contra o Estado burguês e autoritário pode trazer esperança de vida digna ao nosso povo!

Se os banqueiros ditam: “Meus lucros em primeiro lugar”, nós discordamos em ocupações, reivindicando educação pública, gratuita e de qualidade para nosso povo! Vamos às ruas exigir aposentadoria e velhice digna a nossos idosos! Nos levantamos contra a degradação de nossas florestas e rios! Enfrentamos a força tirana do Estado repressor e exigimos que nós decidamos sobre nossas riquezas e nossos destinos!

Chile, Equador, Bolívia, Colômbia, Haiti... toda nossa grande pátria insurgente está nas ruas!

Salve a luta dos povo latino-americanos! Salve nossa América Latina insurgente!

*Diretoria da Adufmat-Ssind*

